

## Levantamento dos marcos lógicos e legais de Mobilidade Urbana, Transporte e Trânsito.

### 1. Marcos Lógicos

MARCOS LÓGICOS INTERNACIONAIS		
Publicação/Origem		Ementa
<a href="#">Declaração Universal dos Direitos Humanos</a>	1948	Art. XIII, aborda direito à locomoção.
<a href="#">Carta de Machu-Pichu</a>	1977	Produzida no Congresso Internacional da Arquitetura Moderna, a carta recupera as disposições da Carta de Atenas que propõe diretrizes para o planejamento e a construção das cidades, tendo em vista a preservação dos patrimônios arquitetônicos, artísticos e históricos urbanos e avança ao considerar os transportes e a circulação humana como elemento fundamental das cidades.
<a href="#">Relatório Brundtland – “Nosso Futuro Comum”</a>	1987	Relatório Comissão ONU de Meio Ambiente e Desenvolvimento. Inaugura a noção de Desenvolvimento sustentável, apresentando os desafios para o desenvolvimento urbano e aponta direções para superá-los
<a href="#">Carta do Rio de Janeiro</a>	1992	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio Eco 92) Reafirma a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, adotada em Estocolmo em 16 de junho de 1972, buscando avançar a partir dela, com o objetivo de estabelecer uma nova e justa parceria global mediante a criação de novos níveis de cooperação entre os Estados, visando ao desenvolvimento progressivo do direito internacional no campo do desenvolvimento sustentável
<a href="#">Agenda 21</a>	1992	Resultado da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio Eco 92), aborda transporte e trânsito nos seguintes capítulos: Capítulo 5 – Dinâmica Demográfica e Sustentabilidade Capítulo 7 – Promoção do Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos Humanos Capítulo 9 – Proteção da Atmosfera
<a href="#">The Habitat Agenda / HABITAT-ONU</a>	1996	A Agenda Habitat é o documento aprovado por consenso pelos países participantes da Segunda Conferência das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos – Habitat II, realizada na cidade de Istambul, Turquia, em 1996.- entre eles o Brasil, os quais se comprometeram a implementar, monitorar e avaliar os resultados do seu Plano Global de Ação.

<a href="#">Relatório Nacional Brasileiro - Assembléia Geral das Nações Unidas Para Assentamentos Humanos - CNUAH – Habitat- ISTAMBUL + 5</a>	2001	Estabelece um pacto pela mudança dos padrões de desenvolvimento dos assentamentos humanos para o século que se inicia.
<a href="#">Carta Mundial do Direito à Cidade</a>	2004	(Fórum Social das Américas – Quito – Julho 2004; Fórum Mundial Urbano – Barcelona – Outubro 2004): A carta mundial do direito à cidade é um instrumento dirigido a contribuir com as lutas urbanas e com o processo de reconhecimento no sistema internacional dos direitos humanos do direito à cidade.
<a href="#">Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência</a> (decreto legislativo nº 186/2008)	2008	Art. 20 institui medidas efetivas para assegurar às pessoas com deficiência sua mobilidade pessoal com a máxima autonomia possível.

DIRETRIZES GOVERNAMENTAIS		
Publicação/Origem	Ano	Ementa
<a href="#">Programas e Ações do Ministério das Cidades</a>	s/d	Apresenta a lista de ações dos programas do Ministério das Cidades
<a href="#">Relatório do Comitê Técnico de Trânsito - ConCidades</a>	2004	Depõe sobre questões relacionadas ao funcionamento do Comitê Técnico e do Conselho das Cidades
<a href="#">Caderno Ministério das Cidades, V. 6</a>	2004	Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável
<a href="#">Cadernos Ministério das Cidades Política Nacional de Desenvolvimento Urbano</a>	2004	Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
<a href="#">Caderno de Referência para Elaboração de Plano de Mobilidade Urbana</a>	2007	O Guia PlanMob: estimular e orientar os municípios na elaboração dos Planos Diretores de Transporte e da Mobilidade

<a href="#">Relatório Comparativo 2003-2007- Sistema de Informações da Mobilidade Urbana ANTP</a>	2008	Apresenta dados e informações sobre municípios que integram o sistema de informações da Associação Nacional dos Transportes Públicos - ANTP
<a href="#">Programas e Ações do Ministério das Cidades</a>	2009	Relata os resultados e novas proposições para os programas do Ministério das Cidades

DOCUMENTOS PROPOSITIVOS NACIONAIS		
Publicação/Origem	Ano	Ementa
<a href="#">Agenda Habitat para Municípios (Em português) IBAM</a>	2003	Produzida pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, em parceria com a Caixa Econômica Federal <i>Apresenta versão traduzida para o Português da Agenda Habitat e de outros documentos correlatos</i> , orienta os municípios na implementação
<a href="#">Carta de Salvador</a>	2003	Documento sobre política de transporte público, elaborado por Prefeitos reunidos em Salvador e integrantes da Frente Nacional de Prefeitos e o Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes de Transporte e Trânsito, no qual reafirmam seu manifesto desejo da adoção de uma nova política nacional para um transporte público de qualidade e acessível para todos.
<a href="#">Documento-Base MNDT</a>	-[s/d]	Documento-Base – Movimento Nacional de Democratização do Trânsito

## 2. Marcos Legais

Tipo	Data	Órgão	Ementa
<a href="#">Constituição Federal</a>	05/10/1988	Assembléia Nacional Constituinte	Constituição de República Federativa do Brasil, Art.5 – direito à livre locomoção Art. 21, e) – serviços de transporte de passageiros

Tipo	Data	Órgão	Ementa
			Art. 208, VII - Transporte Escolar
<a href="#">Decreto 2093/1996</a>	11/12/1996	Presidência da República	Cria o Grupo Executivo para a Redução de Acidentes de Trânsito.
<a href="#">Lei 9503/1997 - CTB</a>	23/09/1997	Presidência da República	Código Brasileiro de Trânsito - Institui o Código de Trânsito Brasileiro
<a href="#">Decreto 2613/1998</a>	03/06/1998	Presidência da República	Dispõe sobre Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito - FUNSET
<a href="#">Lei n. 10.048/ 2000</a>	8/11/ 2000	(Lei Ordinária)	Dá prioridade de atendimento às pessoas portadoras de deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes e as pessoas acompanhadas por crianças de colo terão atendimento prioritário, nos termos desta Lei. <a href="#">(Redação dada pela Lei nº 10.741, de 2003)</a> , e dá outras providências.
<a href="#">Lei nº 10.098 / 2000</a>	19/12/ 2000	(Lei Ordinária)	Que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida,
<a href="#">Portaria 737/2001</a>	16/05/2001	Ministério da Saúde	Política Nacional de Redução da Morbi-mortalidade por Acidentes e Violência
<a href="#">LEI Nº 10.257/2001.</a>	10/07/2001	Presidência da República	Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal; estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.
<a href="#">LEI 10.350/2001</a>	21/12/2001	Presidência da República	Altera a <a href="#">lei nº 9.503</a> , de 23 de setembro de 1997 - código de trânsito brasileiro, de forma a obrigar a realização de exame psicológico periódico para os motoristas profissionais.
<a href="#">Decreto Nº 4.710/2003.</a>	29/05/2003	Presidência da República	Dispõe sobre a implantação e funcionamento da Câmara Interministerial de Trânsito.
<a href="#">LEI Nº 10.741/2003.</a>	01/10/2003	Presidência da República	Estatuto do Idoso - Capítulo X - Dispõem sobre o Transporte do idoso

Tipo	Data	Órgão	Ementa
<a href="#">Decreto Nº 5296</a>	2/12/2004	Presidência da República	Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
<a href="#">LEI 11.275/ 2006</a>	07/02/2006	Presidência da República	Altera a redação dos arts. 165, 277 e 302 da lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o código de trânsito brasileiro.
<a href="#">Resolução 207/2006</a>	20/10/2006	Conselho Nacional de Trânsito	Estabelece critérios de padronização para funcionamento das Escolas Públicas de Trânsito.
<a href="#">PL 1687/2007</a>	2007	Congresso Nacional	Institui as diretrizes da política de mobilidade urbana e dá outras providências – em tramitação Congresso Nacional
<a href="#">RESOLUÇÃO Nº 244</a>	22/06/2007	Conselho Nacional de Trânsito	Estabelece diretrizes para a elaboração do Regimento Interno dos Conselhos Estaduais de Trânsito – CETRAN e do Conselho de Trânsito do Distrito Federal – CONTRANDIFE.
<a href="#">Decreto de 19/09/2007</a> (Não numerado)	19/09/2007	Presidência da República	Institui o Comitê Nacional de Mobilização pela Saúde, Segurança e Paz no Trânsito
<a href="#">Resolução 267-CONTRAN</a>	15/02/2008	Conselho Nacional de Trânsito	Dispõe sobre o exame de aptidão física e mental, a avaliação psicológica e o credenciamento das entidades públicas e privadas de que tratam o art. 147, I e §§ 1º a 4º e o art. 148 do Código de Trânsito Brasileiro
<a href="#">DELIBERAÇÃO Nº 65</a>	15/06/2008	Conselho Nacional de Trânsito	Altera a Resolução nº 267, de 15 de fevereiro de 2008, do CONTRAN, que dispõe sobre o exame de aptidão física e mental, a avaliação psicológica e o credenciamento das entidades públicas e privadas de que tratam o art. 147, I e §§ 1º e 4º e o art. 148 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.
<a href="#">RESOLUÇÃO Nº 283</a>	01/07/2008	Conselho Nacional de Trânsito	Altera a Resolução nº 267, de 15 de fevereiro de 2008, do CONTRAN, que dispõe sobre o exame de aptidão física e mental, a avaliação psicológica e o credenciamento das entidades públicas e privadas de que tratam o art. 147, I e §§ 1º e 4º e o art. 148 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

### 3. Marcos Institucionais - CFP

Tipo	Data	Órgão	Ementa
<a href="#">Resolução nº 12 / 2000</a>	20/12/2000	Conselho Federal de Psicologia	Institui o Manual para Avaliação Psicológica de Candidatos à Carteira Nacional de Habilitação e Condutores de Veículos Automotores
<a href="#">Resolução nº 16 / 2002</a>	19/12/2002	Conselho Federal de Psicologia	Dispõe acerca do trabalho do psicólogo na avaliação psicológica de candidatos à Carteira Nacional de Habilitação e condutores de veículos automotores.
<a href="#">Resolução nº 3 / 2007</a>	12/02/2007	Conselho Federal de Psicologia	Institui a Consolidação das Resoluções do Conselho Federal de Psicologia.

### 4. Fontes Consultadas:

[COSTA, Marcela da Silva. Mobilidade Urbana Sustentável: um estudo comparativo e as bases de um sistema de gestão para Brasil e Portugal. Dissertação \(Mestrado\). USP/Escola de Engenharia de São Carlos: São Carlos, 2003.](#)

Associação Nacional de Transportes Públicos - <http://portal1.antp.net>

Base da Legislação Federal - <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>

Conselho Federal de Psicologia – [www.pol.org.br](http://www.pol.org.br)

Departamento Nacional de Trânsito – [www.denatran.gov.br/](http://www.denatran.gov.br/)

Frente Nacional de Prefeitos – [www.fnp.org.br](http://www.fnp.org.br)

Instituto Brasileiro de Administração Municipal – [www.ibam.org.br](http://www.ibam.org.br)

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br)

Instituto Pólis - [www.polis.org.br](http://www.polis.org.br)

Ministério da Justiça – [www.mj.gov.br](http://www.mj.gov.br)

Ministério da Saúde – [www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br)

Ministério das Cidades – [www.cidades.gov.br](http://www.cidades.gov.br)

Ministério das Relações Exteriores – [www.mre.gov.br](http://www.mre.gov.br)

Ministério do Meio Ambiente – [www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br)

Movimento Nacional de Democratização do Trânsito - [www.mndt.org.br](http://www.mndt.org.br)

Organização das Nações Unidas - [www.un.org](http://www.un.org)

Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos – [www.unhabitat.org](http://www.unhabitat.org)

Portal Bengala Legal – [www.bengalalegal.com](http://www.bengalalegal.com)